ESTATUTOS
DA
JUNTA DO COMMERCIO
ORDENADOS
POR
EL REY
NOSSO SENHOR,
*No seu Real Decreto de 30 de Setem-
bro de 1755.*

LISBOA,
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,
Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca.

M. DCC. LVI.

THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF NATURAL HISTORY
AND
ZOOLOGY
OF THE
CITY OF LONDON

1875

RPJCB

1875

CAPITULO I.

Da Creação, e Ereccão da Junta.

F L R E Y nosso Senhor considerando de quanta utilidade, e importancia he ao Bem-commum de todos os seus Dominios, animar, e proteger o commercio dos seus bons, e leaes Vassallos, foy servido pelo seu Real Decreto de trinta de Setembro de mil setecentos cincoenta e cinco, crear, e erigir esta Junta, pela qual, combinado o systema das Leys destes Reynos, com as maximas commuas a todas as Naçoens da Europa, se lhe fizessem as representações necessarias, para facilitar os meynos de conservar, e augmentar o mesmo commercio.

I Para que a Junta novamente creada, se podesse reger com a regularidade competente a tão importante objecto, foy o mesmo Senhor servido, que se formassem estes Estatutos, e se lhe fizessem presentes pelo Secretario de Estado Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, depois de conferidos com o Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação o Doutor Ignacio Ferreira Souto, para serem approvados, e confirmados, quando se ajustassem com a publica utilidade, e Bem-commum. E em observancia desta Real determinação, depois de haverem sido consideradas, e conferidas, primeiro com o dito Ministro, e depois com outros da Real approvação, as materias de cada hum dos Capitulos, se propoz a Sua Magestade o corpo destes Estatutos na maneira seguinte.

CAPITULO II.

Dos Ministros, e Officiaes de que se compoem esta Junta, e das Eleiçoens que delles se devem fazer.

NA fôrma do mesmo Real Decreto, se compoem esta Junta de hum Provedor, hum Secretario, hum Procurador, seis Deputados, quatro pela Praça da Cidade de Lisboa, e dous pela Praça da Cidade do Porto, os quaes haõ de fer eleitos na fôrma abaixo declarada. Depois houve Sua Magestade por bem conceder hum Juiz Conservador, e hum Procurador Fiscal ambos Ministros de letras na fôrma do Alvará de treze de Novembro deste presente anno.

I A Eleiçaõ das pessoas, de que se compoem a referida Junta, ferá feita na maneira seguinte. Logo, que forem findos os tres annos, que se achaõ determinados por Sua Magestade para o exercicio do Provedor, Secretario, Procurador, e Deputados actuaes, cada hum dos sobreditos proporá ao dito Senhor as três pessoas, que lhe parecerem mais idoneas para lhe succederem no seu respectivo lugar, sendo qualificadas com os essenciaes requisitos, de Vassallos de Sua Magestade naturaes, ou naturalizados; de homens de negocio estabelecidos com cabedal, e credito nas Praças de Lisboa, ou do Porto; de probidade notoria, e de aptidaõ para os respectivos empregos: Requisitos que Sua Magestade ha por bem, que se naõ possaõ supprir, nem ainda com dispensa Regia, e que impetrando-se, se naõ cumpra, pelas perniciosissimas consequencias, que a experiencia tem mostrado, que se seguem de confiar o manejo do commercio, a pessoas de outras profissoens. Estas propostas subiráõ á Real presença do mesmo Senhor para escolher nelas, as pessoas, que achar, que mais convem ao seu Real serviço, e ao Bem-commum dos seus Vassallos: Bem entendido, que nos lugares de Provedor, e Deputados, naõ poderáõ ser reeleitas as pessoas, que houverem servido, sem medearem pelo menos tres annos. Porém porque naõ seria conveniente, que hum estabelecimento,

mento tão importante como este, se confiasse logo a pessoas, que não tivessem toda a instrucção necessaria dos principios da sua fundação, e progresso: Ha Sua Magestade por bem, que na primeira Eleição conservando-se o Secretario, Procurador, e os dous Deputados, que o mesmo Senhor for servido resolver, se eleijão sómente o Provedor, e outros quatro Deputados, que restarem, para servirem por tempo de hum anno; e que findo elle se excluaõ o Provedor, e os dous Deputados antigos, com outros dous dos que tiverem servido; conservando-se delles outra vez os dous que Sua Magestade nomear, e propondo-se ao mesmo Senhor os referidos cinco lugares na sobredita fórma. O mesmo se ficará praticando em todas as outras eleicoens, que se seguirem. E sómente o Secretario, e Procurador poderão ser propostos, para serem reconduzidos; tendo a seu favor a pluralidade dos votos do Provedor, e Deputados, que acabarem, e entrarem de novo os quaes todos votarão neste caso em claustro; e havendo-o assim por bem Sua Magestade.

2 Em todas as tardes das terças, e quintas feiras, que não forem dias Santos; e sendo-o, nos dias que immediatamente se lhes seguirem; terá esta Junta as suas Selloens, principiando-as pelas duas horas desde o mez de Outubro até o de Março, e pelas tres horas desde o principio de Abril até o fim de Setembro, sem que haja tempo determinado para a sahida, mais que o necessario para a conferencia dos negocios, que occorrerem em qualquer dos dias. E quando se fizer preciso, o Provedor determinará Selloens extraordinarias, mandando fazer aviso á Junta, principalmente nas entradas, e sahidas de Frotas.

3 O Provedor terá lugar na cabeceira da Mesa em huma cadeira de espaldas. Quando a ella vierem o Conservador, e Fiscal, terão tambem lugares em cadeiras de espaldas, o primeiro á mão direita, e o segundo á esquerda do mesmo Provedor. O Secretario, e Procurador nos lugares em que se achaõ. E os Deputados se assentarão em bancos de espaldas, assim como forem chegando sem precedencia alguma.

4 As materias em que se houver de votar, ou sejaõ advertidas pelo Secretario, ou pelo Procurador, e qualquer dos Deputados, sempre haõ de ser propostas pelo Provedor, que mandará votar; principiando pelo Deputado, que se achar naquella
b Sessão,

Sessão , assentado em ultimo lugar ; e seguindo-se gradualmente os outros pela mesma ordem dos assentos , que então occuparem. O que porém se limitará sómente no Deputado , que for eleito para Vice-Provedor , porque este occupará sempre o primeiro assento da parte direita para delle passar á cadeira do Provedor nas occasioens em que substituir o seu lugar. Nenhuma das pessoas da Junta se deve intrometter , em quanto lhe não chegar o lugar do seu voto , no qual poderá impugnar o parecer dos outros Deputados com moderação , e decóro. Permite-se com tudo , ao Secretario , e Procurador advertir , ainda interrompendo o voto , as resoluçoens , e assentos contrarios , que o fizerem de nenhum , ou difficultoso effeito.

5 Quando alguma das pessoas , que compoem o corpo da Junta , se não accomodar aos votos dos mais Deputados , se lhes escreverá o seu parecer , separado , para se representar , com essa mesma distincção a Sua Magestade , com tanto , que destes votos separados , se use com a devida moderação , e sómente nas materias de tanto pezo , e gravidade , que por taes se fação dignas de hum resolução immediata do mesmo Senhor , que tambem he servido , que á sua Real presença subaõ as representaçoens desta Junta com formalidade de Consultas , reservando ao seu Regio , e immediato conhecimento as materias da inspecção da mesma Junta.

CAPITULO III.

Do Provedor da Junta.

O Provedor da Junta se deve applicar com grande cuidado aos progressos della , assim na vigilancia de que se observem as Leys , e Ordens Regias concernentes ao Bem-commum do commercio , como no cuidado de procurar se emendem alguns abusos , que se forem conhecendo. E para assim o cumprir , não faltará ás Sessões ordinarias de todas as terças , e quintas feiras ; e advertirá os Officiaes , e Deputados no caso de faltarem ás suas obrigaçoens sem justificado motivo.

I As incumbencias do governo economico do commercio , que se houverem de expedir pela Junta , e não estiverem determinadas

nadas para certas pessoas, feroão propostas pelo Provedor, e providas pela pluralidade dos votos da mesma Junta entre os Deputados della; elegendo-se assim para cada huma das ditas incumbencias aquelle de entre os mesmos Deputados, que parecer mais idoneo pelo genio, e pela applicação, para dar boa conta do emprego de que for encarregado; e destas incumbencias se não poderão escusar os nomeados, sem para isso allegarem legitima causa, que será admittida, ou regeitada pela mesma Junta, conforme os merecimentos da escusa, que se allegar.

2 Ao Provedor como Presidente pertence tocar a campainha; chamar as pessoas do serviço da Junta; determinar as conferencias extraordinarias; propor as materias, que se advertirem; presidir nas Eleições, em que terá voto de qualidade; e de seu ordenado lhe feroão pagos aos quarteis oitocentos mil reis em cada hum anno.

CAPITULO IV.

Do Juiz Conservador da Junta.

PAra melhor, e mais prompta execução dos negocios, e dependencias desta Junta, como tambem para que as pessoas de que ella se compoem possaõ mais facilmente expedir as suas demandas, e applicar-se com todo o cuidado ao serviço do Bem-commum do Commercio: Há Sua Magestade por bem conceder, que o Juiz Conservador creado pelo Alvará de treze de Novembro deste presente anno, com jurisdicção privativa, e inhição de todos os Juizes, e Tribunaes, conheça de todas as causas contenciosas, movidas, e por mover, em que forem Autores, ou Reos, o Provedor, Secretario, Procurador, e Deputados desta Junta no tempo em que estiverem servindo; como tambem nas causas de todos os Officiaes, e de quaesquer outras pessoas, que no corpo destes Estatutos pertencem á nomeação da mesma Junta: O que tudo se entenderá comprehensivo até dos Privilegios dos Moedeiros, e dos mais incorporados em Direito.

1 Tambem Sua Magestade he servido estabelecer, que o
mesmo

mesmo Juiz Conservador tenha jurisdicção para obrigar quaesquer pessoas ao cumprimento do que lhes pertencer nas determinações destes Estatutos: e igualmente para executar todas as Reaes Ordens, que o mesmo Senhor tem derigido, e derigir a esta Junta, e para este fim sómente ha por derogado o seu Real Alvará de seis de Dezembro de mil setecentos cincoenta e cinco na parte em que manda fazer as denuncias dos Commissarios Volantes nesta Corte perante o Juiz de India, e Mina.

2 Tambem foy Sua Magestade servido conceder, que para o referido emprego de Juiz Conservador da Junta, e das suas dependencias se proponhaõ por ella tres Ministros, que pelo menos sejaõ dos Desembargadores da Casa da Supplicação, e que dos propostos o que for confirmado pelo mesmo Senhor, possa continuar no emprego de Conservador, ainda que passe a ser provido em qualquer dos Tribunaes da Corte: E de seu ordenado lhe seraõ pagos seiscentos mil reis em cada hum anno.

CAPITULO V.

Do Fiscal da Junta.

PElo mesmo Alvará de treze de Novembro de mil setecentos cincoenta e seis, foy Sua Magestade servido crear hum Fiscal, que servisse de Promotor nas causas dos Mercadores, que quebraõ. E novamente foy o mesmo Senhor servido ordenar, que o referido Fiscal promova em todas as mais causas, averiguaçoens, e devaças pertencentes por estes Estatutos á administração desta Junta: como tambem, que todos, e quaesquer requerimentos que differem relação ao commercio, e á navegação destes Reynos, e seus Dominios, se não despachem nos Tribunaes, e repartiçoens onde tocarem, sem que delles se dê vista ao dito Desembargador Procurador Fiscal da Junta para que requerendo o que achar, que mais convem ao Bem-commum da dita navegação, e commercio, se lhes desira depois com as suas repostas.

1 A Eleição do Fiscal deve ser proposta a Sua Magestade com as mesmas formalidades, assim no numero, como nas qualidades declaradas no §.2. Cap.IV. destes Estatutos, que trata do Juiz Confer-

Conservador da Junta: e tambem he o mesmo Senhor servido, que o Ministro proposto, e confirmado no lugar de Fiscal, possa continuar neste emprego, ainda que passe a ser provido em qualquer dos Tribunaes da Corte: e de seu ordenado lhe seraõ pagos aos quarteis quatrocentos mil reis em cada hum anno.

CAPITULO VI.

Do Secretario da Junta.

O Secretario da Junta deve ser muito intelligente em materias de commercio, com capacidade conhecida, e desembaraço para se applicar ao serviço da Junta; precedendo mais para a sua eleição a circumstancia de ter servido no lugar de Deputado, ao menos pelo tempo de dous annos.

1 Ao lugar de Secretario pertence a compilação dos Registos das Representações da Junta: das Resoluções de Sua Magestade, dos Acordãos, ou Assentos da mesma Junta; e o ler os requerimentos das partes: Particularmente lhe incumbe a advertencia dos Negocios, que tiverem sido propostos nas antecedentes Sessões, para que com a brevidade possivel, segundo os seus merecimentos, se concluaõ.

2 O mesmo Secretario he Escrivaõ da Receita, e Despeza da Junta: como tambem da Receita, e Despeza separada dos dinheiros, que se cobraõ para os Marinheiros da India, na qual deve ajustar contas com o Thesoureiro particular deste recebimento, para que se restituão os sobejos aos Interessados na fórma que se declara no Cap. IX. destes Estatutos.

3 Da sua obrigação he tambem passar todos os Provimentos aos Officiaes, que servirem por nomeação da Junta, e extrahir todos os documentos necessarios para instruir os requerimentos do commercio, e passar as atestações, e certidoens, que lhe forem ordenadas: As quaes Sua Magestade he servido, que se dê inteiro credito em Juizo, e fóra delle, e que nenhuma outra pessoa possa passar atestações do commercio sem licença da Junta, com pena de nullidade, e das mais, que as Ordenações do Reyno estabelecem contra os que exercitaõ Officios publicos, sem para isso terem licença Regia.

c

O Se-

4 O Secretario haverá de seu ordenado setecentos mil reis, como Secretario; e mais trezentos mil reis como Escrivão da Receita, e Despeza da Junta, e dos Marinheiros da India, pagos aos quarteis em cada hum anno. E mais levará das cartas, que expedir aos Officiaes providos pela Junta os mesmos emolumentos, que leva o Secretario da Junta da administração da Companhia do Graão Pará, e Maranhão.

CAPITULO VII.

Do Procurador da Junta.

O Procurador da Junta deve ser pessoa muito pratica no commercio geral, e particular de cada hum dos generos. E tem por obrigação a diligencia de que se observem as Resoluções de Sua Magestade a favor do commercio dando conta na Junta de tudo o que tiver noticia, que se obra contra o Bem-commum do mesmo commercio: Para o que será muito frequente em visitar as Alfandegas, e Praça, onde com mais facilidade lhe possão as partes communicar as razoes porque se julgaão aggravadas, para as participar na Junta.

1 Pelo cuidado do Procurador devem correr todas as dependencias, assim de Representações, que se fizerem a Sua Magestade, como de quaesquer requerimentos Judiciaes a favor do commercio, informando os Advogados, e fazendo extrahir os documentos, que forem necessarios. Em todas as conferencias dará conta do estado dos negocios, que lhe forem encarregados.

2 Tambem he da incumbencia do Procurador informar-se do Solicitador do estado das causas, e ordenarlhe o que entender necessario a bem destas dependencias: E por todo o trabalho do seu emprego lhe feraão pagos aos quarteis em cada hum anno setecentos mil reis; e os mantimentos necessarios para o sustento da sua carruagem.

CAPITULO VIII.

Dos Deputados da Junta.

OS Deputados desta Junta devem ser pessoas muito intelligentes, e habeis para o serviço do Bem-commum do commercio, com taes qualidades, que delles se possa eleger, Provedor, Secretario, e Procurador.

1 A cada hum dos Deputados he permittido advertir nas conferencias qualquer materia, que entender necessaria para a conservação, ou augmento do Bem-commum do commercio; e o Provedor da Junta mandará precisamente votar sobre estas propostas para se seguirem ou regeitarem por pluralidade de votos.

2 Nenhum dos Deputados sendo encarregado de alguma particular incumbencia, na fórma declarada no Capitulo III. destes Estatutos, se poderá livremente esquecer da sua devida diligencia; antes constando na Junta, e sendo primeira, e segunda vez advertido, se dará conta a Sua Magestade para mandar proceder como for servido. O mesmo se praticará com todas as mais pessoas, que compoem o corpo da Junta.

3 Aos Deputados incumbe. pela nomeação da Junta concorrer com o Secretario para tomarem contas ao Thesoureiro particular da contribuição, que se paga para os Marinheiros da India. E por estas, e as mais obrigaçoens de que forem encarregados se pagarão a cada hum dos mesmos Deputados seiscentos mil reis em cada hum anno na sobredita fórma.

CAPITULO IX.

Dos Officiaes para arrecadar as contribuiçoens dos Marinheiros da India, e da formalidade da mesma arrecadação.

OS Officiaes, que se houverem de empregar nesta arrecadação, devem ser Homens de Negocio, praticos nas lotaçoens dos navios; e com estas qualidades, elegerá a Junta hum

Lota-

Lotador, hum Thefoureiro, e hum Escrivão da Receita.

1 O Lotador, e Escrivão destas contribuiçoens ficaõ obrigados a visitar todas as embarcaçoens, que ainda não estiverem lotadas, para que o hajaõ de fazer, e no caso de se não concordarem, se estará pelo voto a que se accommodar o Thefoureiro, precedendo a sua véstoria: Assentado entre os ditos dous, ou tres Officiaes o numero das caixas em que foy lotado o navio, se fará disso mesmo lembrança nos livros do Lotador, e Escrivão, para que pedindo o Mestre de qualquer embarcação o seu despacho, lhe dê o Lotador a certidão impressa, como agora se pratica, pela qual conste, que está lotado em certo numero de caixas, e deve pagar tal quantia: Apresentada a certidão ao Thefoureiro, e satisfeita a lotação, dará este outro bilhete ao Mestre, pelo qual lhe passará o Escrivão hum conhecimento para apresentar nos Armazens, aonde se não póde despachar qualquer embarcação, sem que conste estar já satisfeita a contribuição daquelle anno na fórma, que foy determinado por Sua Magestade, e de novo he o mesmo Senhor servido de o confirmar.

2 No fim do mez de Fevereiro de cada hum anno, dará conta o Escrivão da sobredita Receita, da quantia, que tem entrado no cofre pertencente ao anno, que ha de acabar com a sahida das Naos da India, para que se saiba na Junta, se ha dinheiro competente ao pagamento dos Marinheiros: E no mesmo tempo he Sua Magestade servido, que o Escrivão dos Armazens, a quem compete, faça aviso á Secretaria desta Junta do numero dos Marinheiros, que na proxima futura Monção devem ser pagos pela contribuição referida.

3 No caso de não corresponderem as quantias recebidas, e respectivas áquelle anno, a toda a despeza, que se deve fazer com os Marinheiros, poderá a Junta tirar o supprimento da caixa das suas contribuiçoens, ou recebello de outra qualquer parte, contando os juros de cinco por cento, assim do emprestimo da sua caixa, como de fóra; e á satisfação desta divida ficará obrigado o cofre, e repartição dos Marinheiros da India.

4 Estando completa a quantia fará o Secretario aviso aos Armazens para que se mande cobrar em dia determinado. E a pessoa, que houver de cobrar, apresentará ordem do Provedor dos Armazens, e assinará conhecimento de recibo no livro desta Despeza. Pa-

ra se fazer esta entrega precederá outro aviso do Secretario ao The-
soureiro particular destas contribuiçoens , determinandolhe o dia
para meter no cofre geral as quantias recebidas , as quaes acompa-
nhará huma certidão do Escrivão desta mesma Receita , pela qual
conste do que lhe foy carregado nesse anno. E conferido tudo , se
lhe passará conhecimento de recibo para a sua conta , carregando em
competente Receita a quantia de que se fez passagem.

5 Quando o recebimento desse anno não for correspondente
ao pagamento necessario , se determinará logo na Junta o modo de
satisfazer o emprestimo , accrescentando o que parecer competen-
te na contribuição do anno seguinte , para que por ella se possa
extinguir os empenhos , e supprir os pagamentos no seguinte an-
no. Havendo porém sobejos feroão obrigados os Officiaes desta
repartição a vir á Secretaria da Junta , hum mez depois da sahida
das Naos , para se fazer o rateyo dos sobejos com o Secretario , e
Procurador , que daraõ conta na primeira conferencia , para que
se pague logo ás partes interessadas , e feito o calculo , se haja tam-
bem de diminuir a contribuição , quando se julgar excessiva.

6 E porque as embarçaçoens pertencentes ao Commercio ,
e Navegação de Lisboa , pagaõ ametade de toda esta contribuição , e
não he justo que as embarçaçoens pertencentes a outras Capellas
lhes hajaõ de tirar o lucro das suas proprias Navegaçoens , que fa-
zem o objecto deste pagamento , sem que tambem concorraõ quan-
do se intrometerem nas viagens estranhas ; isto he nas que não fo-
rem dirigidas do seu respectivo porto para o de Lisboa ; ou desta
Cidade para o porto , onde tiverem a sua residencia : He Sua Ma-
gestade servido , que não possaõ ser despachadas pelos Armazens ,
sem que os Mestres apresentem hum bilhete do Lotador , pelo qual
conste , que pagou como embarcação propria do porto de Lisboa ,
e que por isso está nos termos de ser já despachada ; e que o Offi-
cial , que o contrario fizer seja suspenso por dous mezes , e pague
logo a deminuição , que tiver feito no cofre dos Marinheiros da
India.

7 O sobredito Lotador terá cuidado de averiguar se as em-
barçaçoens , que pedem o despacho vieraõ a este porto de Lisboa
em direitura dos seus respectivos portos , e sómente neste caso fe-
raõ isentas de pagar a contribuição : Constando porém , que dos
seus portos passaraõ a outros dentro destes Reynos , e delles vie-
raõ

rao para o de Lisboa, serao obrigadas a pagar a contribuicao imposta naquella anno, ainda que mostrem certidoens de estarem additos a alguma das outras Capellas, e nella terem satisfeito a contribuicao desse mesmo anno: Isto porém se nao entenderá com as embarcaçoens Portuguezas, que de qualquer porto Estrangeiro, ou ainda das Ilhas adjacentes a estes Reynos, vierem para o porto de Lisboa, por quanto estas serao isentas de pagar mais contribuicao, que a das Capellas a que estaõ additas.

8 O mesmo Lotador deve averiguar ao tempo de passar o bilhete, se os Mestres das embarcaçoens, que vem a despachar, e mostraõ carta de addicao a alguma das Capellas, tem a sua assistencia em Lisboa, como algumas vezes costumao fazer por fraude: E neste caso lhes negará o despacho, em quanto se nao fizerem as diligencias determinadas no §. 1. deste Capitulo: Pelo trabalho dos referidos empregos arbitrará a Junta o que se deve pagar aos referidos tres Officiaes, mandando-os satisfazer pela caixa das contribuicoens da mesma Junta.

CAPITULO X.

Dos Procuradores dos Navios nas portas das Alfandegas.

OS Procuradores dos Navios nas portas das Alfandegas tem por obrigaçao lancar em livro as marcas das caixas, e fexos de açucar, rolos de tabaco, solla, e couros com distincao de partidas, na forma que até agora se tem praticado. O Procurador da porta da Alfandega do açucar terá por obrigaçao fazer affinar pelas partes, ou seus actuaes Caixeiros a sahida das caixas do mesmo genero, para que em todo o tempo se lhe possaõ pedir judicialmente os fretes. E faltando esta affinatura, terá o Proprietario do Navio açcao contra o referido Procurador constituido pela Junta, para lhe pedir a importancia dos fretes pela mesma via summaria, que tivera contra o Despachante, mostrando porém, que feitas as diligencias devidas nao foy por elle pago.

1 Na mesma Alfandega haverá outro Procurador para as marcas, numero, e pezo dos fexos de açucar, e mais miudezas, de que

que cobrará logo os fretes para dar conta aos Proprietarios dos Navios, e ficará obrigado por toda a confiança, que fizer ás partes: Haverá tambem outro Procurador para tomar em lembrança o numero, e marca dos couros, atanados, e folla, que se despacharem na Alfandega: E porque na Casa da India tambem se despachão couros, haverá na mesma Casa outro Procurador para o sobredito intento, e todos com as obrigaçoens referidas.

2 Na Alfandega do Tabaco se constituirá outro Procurador com as mesmas obrigaçoens do principio deste Capitulo, o qual assistirá ao pezo dos rolos para o tomar em lembrança com as suas marcas assim de ferro, como de tinta, separando depois as partidas na fôrma que se pratica: Todos os referidos Procuradores ficarão obrigados a dar certidoens aos Proprietarios dos Navios, e conta do pezo ás partes, com comminação, que havendo queixa justificada de alguma falta, serão despedidos pela Junta, que proverá outros sem demora.

3 E porque até agora não era concedido a alguns dos referidos Procuradores, o passar certidoens, e desta falta se seguiaõ prejuizos ás partes: He Sua Magestade servido, que daqui em diante lhes seja permittida esta liberdade, e que em juizo, e fóra d'elle se dê inteiro credito ás sobreditas certidoens, precedendo despacho do Provedor, e Deputados desta Junta; sem que os Escrivaens do ver o pezo, ou outros quaesquer possaõ allegar prejuizo dos seus Officios, por quanto de presente não lhes eraõ pedidas estas certidoens, nem as podiaõ legitimamente passar pela falta de assistencia nas Alfandegas, e por dever em todo o caso prevalecer o Bem-commum do commercio do Reyno á pertendida utilidade particular dos ditos Escrivaens.

4 Os sobreditos Procuradores serão pagos pela Junta, a cujo cofre para esta satisfação, devem contribuir os Proprietarios dos Navios, ou quem com elles correr na fôrma declarada no Capitulo XIX. destes Estatutos, e a cobrança destas contribuiçoens se fará pelas mesmas pessoas, a quem for encarregada a cobrança das contribuiçoens para as despesas da Junta.

5 Aos sobreditos Procuradores dos Navios fica prohibido absolutamente aceitar das partes gratificação alguma, nem a titulo de mayor trabalho, ou de preferencia, nem com o costumado disfarce de generosidade voluntaria, como até agora se praticava, com mais
avulta-

avultada despesa do que a imposição regulada no referido Capitulo XIX. E constando de qualquer modo, que se contraveyo a esta determinação, será logo o Official suspenso, para que em nenhum tempo possa ser admittido a emprego algum da nomeação desta Junta: E ha Sua Magestade por bem, que da mesma sorte fique inhabilitado para outro qualquer Officio de Justiça, ou Fazenda, e que as causas destas prevaricações sejaõ preparadas pela mesma Junta, e summariamente julgadas na fôrma da Ley de treze de Novembro de mil setecentos cincoenta e seis.

CAPITULO XI.

Dos Cobradores das contribuiçoens para as despesas desta Junta.

NA Casa da India, Alfandegas do Açucar, e Tabaco, e na casa dos Cinco, haverá quatro Recebedores para cobrarem as contribuiçoens applicadas para as despesas desta Junta, as quaes vão declaradas, e estabelecidas no Capitulo XIX. destes Estatutos, e os ditos Recebedores seraõ nomeados pela Junta em todos os annos, reconduzindo-os quando bem lhe parecer.

1 Os ditos Recebedores seraõ muito cuidadosos em arrecadar as sobreditas contribuiçoens, e de tudo o que cobrarem, faraõ entrega aos quarteis na Junta, e o Secretario lhes ha de passar conhecimento em fôrma, para lhes servir de descarga. Aos mesmos Recebedores fica encarregado o cobrar a imposição, que no Capitulo antecedente vay insinuada aos Proprietarios dos Navios, e declarada no Capitulo XIX. para satisfação dos seus Procuradores.

2 Duvidando algum dos Despachantes na satisfação destas contribuiçoens, o Recebedor desta repartição, requererá aos Officiaes de Sua Magestade o embarço do bilhete. E he o mesmo Senhor servido, que os Officiaes da sua Real Fazenda não dem sahida a Fardo algum, ou caixa, sem que lhes conste de estar a contribuição satisfeita na fôrma requerida. Os ordenados dos sobreditos Procuradores seraõ arbitrarios á Junta regulando-os pelo mayor, ou menor trabalho de cobranças.

CAPITULO XII.

Dos Busca caixas da Alfandega.

OS doze Busca caixas, que por esta Junta haõ de ser nomeados na fórma do Capitulo XV. destes Estatutos, devem ter grande cuidado em assistir nos Armazens da Alfandega, assim nas occasioens de descargas, como em todo o tempo do despacho, para que as partidas se separem no melhor modo possivel; e para a cautelarem, que naõ se arrombem as caixas, e se desperdisse o Açucar.

1 Quando se achar, que está alguma caixa arrombada, ou em perigo disso, faraõ aviso ao seu primeiro nomeado, que logo a mandará concertar pelos Cascaveis na fórma da sua obrigação, e de toda a falta culpavel, que houver nesta materia, será responsavel o mesmo primeiro nomeado, além de que, dando-se conta nesta Junta, será logo despedido de todo emprego, que por ella estiver exercendo.

2 Naõ haverá obrigação nos Proprietarios das caixas de açucar de se servir de Busca caixas para os seus despachos, mas antes o poderão fazer, por si, ou por seus caixeiros, com tanto, que naõ sejam pessoas estranhas, e tambem haverá eleição nos mesmos donos das partidas de se servirem de hum, ou outro dos doze Busca caixas distribuindo os conhecimentos por huns, e outros como bem lhes parecer.

3 Os ditos Busca caixas feraõ pagos pelos donos das partidas, na mesma fórma, que até agora se lhes pagava, sem que haja bolça, ou caixa commua, porque naõ succeda, que huns trabalhem, e outros se descuidem. Como porém o primeiro nomeado dos mesmos Busca caixas, que ha de ser escolhido entre todos pela Junta, deve ter a obrigação de vigiar sobre os descuidos dos outros, e responder pela falta culpavel dos açucares, por causa de arrombamento de caixa, se lhe pagarão quarenta mil reis em cada hum anno pela Junta: E além deste ordenado lucrará, como todos os seus companheiros, os salarios das partes correspondente ao seu trabalho, pelo qual naõ poderá levar mais de hum tostaõ por caixa.

e

CAPITULO

CAPITULO XIII.

Dos Capatazes das companhias, que haõ de servir pela Junta.

OS Capatazes da companhia das pranchas, ou embarque das caixas de Açucar deve ter muito cuidado, em que sempre esteja a companhia prompta, e as pranchas aparelhadas para o serviço do commercio, com comminação de que não o fazendo, poderão as partes servir-se de outros homens de trabalho, sem que fiquem obrigadas a pagar á companhia destinada para este embarque, nem que esta possa propôr em Juizo acção alguma sobre esta materia.

1 O Capataz da companhia dos Cascaveis da Alfandega deve ter grande vigilancia em fazer concertar as caixas, pelo irreparavel damno, que se segue desta falta, e havendo-a tal, que, ou por queixa do primeiro nomeado dos Busca caixas, ou de outra qualquer pessoa, se dê noticia na Junta, será o Capataz suspenso, passando-se a outro Provimto.

2 Os quatro Capatazes das quatro actuaes companhias dos homens de trabalho do Pateo da Alfandega, devem ter muito cuidado em que sempre estejam promptos os seus respectivos trabalhadores, e cuidar muito em que não levem mayor fallario, ou occulto agradecimento pela preferencia; como tambem, que directa, ou indirectamente não concorram para fraudar os Direitos de Sua Magestade no seu particular ministerio, debaixo das penas estabelecidas no preambulo do Capitulo XIII.

3 O Capataz da companhia da folla, que tambem fica sujeito a esta Junta, deve ter muito particular cuidado, em que os trabalhadores da sua Capatazia, separem nos Armazens a carga de cada hum dos Navios; como tambem, que acabada a descarga da Frota, separem as marcas de cada hum dos lotes; attendendo a que pelo primeiro trabalho se lhes conferem dous reis por cada meyo de folla, e quatro reis por cada couro; e que pela separação das partidas, se lhes contribue com quatro reis por cada meyo, e seis reis por cada hum couro; ficando advertido, que de toda a falta
nesta

nesta materia ha de ser responsavel o mesmo Capataz , procedendo-se contra elle na sobredita fórma.

4 Todos os referidos Capatazes devem procurar , que sempre esteja completo o numero dos homens de trabalho da sua repartição , e que havendo mayor concurso de partes , se accrescente o numero ordinario de trabalhadores para competente expedição , sem que por isso se augmente o determinado fallario ; e havendo qualquer incidente , que necessite de providencia a favor do Bem-commum do commercio , o faraõ saber nesta Junta para se representar como for conveniente.

5 O Capataz da Alfandega do Tabaco fica sujeito a todas as obrigaçoens referidas , e áquellas que lhe forem applicaveis , e de baixo das mesmas penas ; porém quanto ao accrescentamento do numero de trabalhadores declarado no §. 4 não se entenderá comprehendida a Companhia da sobredita Alfandega , por estar determinado assim em Resolução de Sua Magestade , e não ser possivel , que annualmente haja homens promptos para este ministerio , de muito menor rendimento , se nas occasioens de mayor concurso lhes forem diminuidos os lucros.

6 Os referidos Capatazes seraõ pagos na mesma fórma , e com o mesmo modo , que até agora se pratica , sem novidade , ou alteração alguma ; e a respeito das suas Companhias , a que saõ aggregados , ficarão com as obrigaçoens , e costumes , que entre os homens de trabalho , e seus Capatazes estavaõ convencionadas , ou em uso.

CAPITULO XIV.

Dos Mestres da Alfandega do Tabaco.

OS Mestres da Alfandega do Tabaco devem estar sempre promptos para assistirem aos donos das partidas , que os acharem , picandolhes os rolos para averiguarem as suas qualidades , e fazendolhes concertar os tabacos desmanchados , repartindo a sua gente , com igualdade proporcionada , para que não se queixem huns das preferencias de outros , e achando-se as partes legitimamente queixosas o faraõ a saber a esta Junta , que lhe dará logo a necessaria providencia.

Aos

1 Aos mesmos Mestres se determina com especial providencia, que quando alguns Proprietarios de partidas de tabaco, em que falte o conhecimento deste genero, as forem visitar, ou por si só para averiguação da qualidade da sua fazenda, ou em companhia de algum Negociante, que a queira comprar, e os chamar para este exame, digão em boa, e lá consciencia, o que entenderem, sem paixão, pelo comprador, com quem estão afreguezados, porque do contrario havendo noticia nesta Junta, se ha de proceder como merece a gravidade do caso até á execucao das penas acima comminadas.

2 Pelo seu trabalho seraõ pagos os Mestres do mesmo modo, que até agora se pratica á custa das partes, não podendo estas contribuirhes, nem elles receber mais de cem reis por cada rolo, ficando á eleição dos Despachantes o servir-se de hum, ou outro Mestre, como bem lhes parecer.

CAPITULO XV.

Des Provimentos, e Nomeações, que se haõ de fazer pela Junta.

A Esta Junta pertence nomear os Procuradores dos Navios nas portas das Alfandegas, e Casa da India, quaes saõ os que vaõ declarados no Capitulo X. destes Estatutos, como tambem as pessoas, que houverem de cobrar as contribuiçoens para o estabelecimento, e despezas da mesma Junta, ficando na sua eleição o ajuntar, ou separar em diversas pessoas as referidas incumbencias.

1 Tambem lhe pertence o nomear Capatazes para a Companhia das pranchas, ou embarque das caixas de açúcar, e dos Cafaveis da Alfandega: Declarando Sua Magestade, que estas, e as mais incumbencias do provimento da Junta, devem ser pessoalmente servidas, e que nellas não poderá haver propriedades, nem ainda vitalicias, mas sim, e taõ sómente serventias triennaes, e a moveis pela Junta, nos casos de prevaricação, sem que della se possa interpor recurso algum, que não seja immediato a Sua Magestade: Retrotrahindo-se esta disposiçaõ aos casos preteritos, sem

fem embargo de quaesquer Leys, Disposições, ou Sentenças contrarias, ainda passadas em julgado, porque a tudo antepoem Sua Magestade o Bem-commum do bom serviço, que assim se fará ao commercio publico.

2 E porque a instituição da Capatazia geral das quatro companhias do Pateo se tem visto por clara experiencia, que não só não he util, mas antes prejudicial ao serviço publico, e muito onerosa aos serventes de que se compoem as mesmas companhias: Deven-do cada huma dellas ter seu chefe, que as governe independente-mente para mayor expedição das partes, e mayor desembaraço dos carretos: Se devidirá a sobredita Capatazia em quatro, que corres-pondaõ ás ditas quatro actuaes companhias do serviço dos Homens de Negocio da mesma Alfandega.

3 Por quanto seria tambem de grande incommodo ao com-mercio, que o Capataz da companhia da solla, e couros, não fos-se dependente desta Junta pela sua nomeação: He Sua Magestade servido, que possa esta Junta nomear o referido emprego, compen-sando Sua Magestade, a quem pertencer, o direito desta nomea-ção, no caso, que o tenha.

4 Tambem he Sua Magestade servido, que os doze lugares de Busca caixas da Alfandega do açúcar, que actualmente se estão exercitando sem criação, nem titulo, se reduzaõ a doze incumben-cias da nomeação da Junta, e que fazendo-se preciso mayor numero em qualquer tempo, se mande fazer aviso pelo Desembargador Pro-vedor da mesma Alfandega a esta Junta, para nomear os que mais forem necessarios. Bem visto, que sem nomeação não poderá pes-soa alguma exercitar este emprego sob pena de seis mezes de cadeya, e de duzentos mil reis de condemnação.

5 Tendo-se conhecido geralmente, que a companhia cha-mada de entre portas, he desnecessaria para o expediente do com-mercio, antes toda contraria á mais prompta sahida das caixas de açúcar: He Sua Magestade servido, que fique extincta a sobredita companhia, e que os mesmos homens de trabalho das quatro com-panhias do Pateo possaõ tirar as caixas para fóra da Alfandega; arbi-trandolhe esta Junta os fallarios, conforme as diversidades dos pre-sentes, e futuros tempos; e dividindo-se por hora os homens da dita companhia extincta pelas quatro que ficaõ conservadas.

6 Tambem he Sua Magestade servido, que a esta Junta per-tença

tença a nomeação dos tres Mestres , que servem os Homens de Negocio na Alfandega do Tabaco , e que os seus Provimentos sejaõ confirmados no Tribunal da Junta da Administração deste genero : Os Provimentos de todas as referidas nomeações , se haõ de passar , ainda ás mesmas pessoas , que ficarem conservadas nos lugares em que se achaõ ; e naõ havendo queixas das que estaõ actualmenre providas , se lhes continuarão os seus empregos pelos Provimentos da Junta na fórma declarada no §. 1. e 7. deste Capitulo.

7 Todas as referidas nomeações assim as que pertenciaõ a esta Junta , como as que Sua Magestade novamente lhes concede : He o mesmo Senhor servido , que se provaõ em pessoas do commercio , que tiverem chegado a estado de pobreza por vicio da fortuna , sem dolo , ou malicia , e que sómente em falta dos ditos se possaõ prover em outras pessoas , como tambem , que subaõ á sua Real presença para se confirmarem nos casos occorrentes , exceptuando sómente as que saõ do governo economico da Junta , e que a faculdade de nomear seja successiva , em todas as occasiões , que houverem de ser providos os sobreditos lugares ; e havendo queixa de algum dos nomeados , e providos , será proposta em Junta , a qual parecendo-lhe razão , suspenderá a pessoa nomeada.

8 Para que a dependencia das renovações de Provimentos faça mais cuidadosas as pessoas nomeadas , em mayor utilidade do Bem-commum do commercio : Ha Sua Magestade por obrepticias , subrepticias , e de nenhum effeito todas as merces , que forem impetradas , sem preceder nomeação da mesma Junta , ou contra a fórma estabelecida no §. 1. deste Capitulo.

9 Nenhum dos Nomeados , e Providos poderá levar das partes mayor fallario , que o que lhe vai dado nestes Estatutos , e constando do contrario , será logo suspenso , para nunca mais servir , restituindo ás partes quatropeado o que lhes houver extorquido , e ficando inhabilitado para servir quaesquer outros Officios de Justiça , ou Fazenda.

CAPITULO XVI.

Dos Mestres da Aula do commercio, e seus exercicios.

Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pezos, intelligencia de cambios, e das mais partes, que constituem hum perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que, pelo rendimento das sobreditas contribuiçoens, se faça presidir hum, ou dous Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinandolhes ordenados competentes, e as obrigaçoens, que são proprias de tão importante emprego.

Para que mais facilmente se possaõ aproveitar da sobredita lição as pessoas destituidas de meynos para a sua subsistencia, se fará aceitação de vinte Assistentes, filhos de Homens de Negocio, havendo-os, aos quaes se contribua com o emolumento, que se julgar bastante para animar os que tiverem meynos, e sustentar os que delles carecerem para a sua subsistencia; e para a boa administração da referida Aula se formarão particulares Estatutos, que se farão publicos.

CAPITULO XVII.

Das obrigaçoens da Junta.

O Provedor, e Deputados desta Junta devem ter sempre a mais viva lembrança do objecto, para que Sua Magestade foy servido crear, com a incomparavel honra da sua Nomeação, os lugares, que estão occupando, e empregar-se com toda a diligencia, e cuidado no Bem-commum do commercio, não só procurando, que se conservem as graças, e merces, com que o mesmo Senhor, tem já favorecido o trato mercantil destes Reynos,

nos, e suas Conquistas, mas tambem propondo a Sua Magestade os meynos mais accommodados para augmento, e dilatação do mesmo commercio, comprehendendo nesta denominação, assim a mercancia em grosso, como as vendas pelo miudo, e ainda as Artes fabrís, que constituem os Elementos da felicidade do Reyno, e as mãos, e braços do corpo Politico. E sendo o segredo, que se faz tão necessario no manejo do commercio de qualquer particular muito mais indispensavel em huma Junta, em que está a administração do commercio geral de todo o Reyno, e dos seus Dominios: Foy Sua Magestade servido ordenar, que dos papeis da Secretaria da mesma Junta se não possaõ pedir, nem dar certidoens, sendo pertencentes á sua interior economia, sem especial Resolução do mesmo Senhor: E que o Provedor, Deputados, e mais Officiaes da mesma Junta sejaõ ligados com a obrigação de inviolavel segredo a respeito do que nella passar, debaixo da pena de privação de seus Officios, e de inhabilidade para entrarem em outros.

1 A observancia da Real Pragmatica de seis de Mayo de mil setecentos quarenta e nove na parte em que se dirige ao fim de adiantar o commercio, e trafico destes Reynos, he muito propria do cuidado, e Instituto particular desta Junta: Pelo que he Sua Magestade servido, que para a devida observancia dos respectivos Capitulos, se nomeem por esta Junta pessoas de sua confiança, as quaes assistaõ em cada huma das Alfandegas, para requererem o impedimento dos despachos contrarios á determinação da referida Ley.

2 Com o mais vigilante cuidado, e acautelada diligencia, deve a Junta empregar-se em procurar os meynos conducentes, e applicar toda a prévia disposição, para que em todos os annos tenha a sua devida observancia o Real Decreto de Sua Magestade de vinte e oito de Novembro de mil setecentos cincoenta e tres, em que se regularaõ, e determinaraõ as sahidas das Frotas, por quanto tem mostrado a experiencia, que depois de tantos, e tão diversos projectos, só a expedição certa, e annual das Frotas, comprehende a mutua, e geral utilidade do Reyno, e das Conquistas.

3 Porque a Ley de seis de Dezembro de mil setecentos cincoenta e cinco, que prohibio a liberdade dos Commissarios volantes, e das carregações dos Officiaes, e mais Gente de Guerra, e Marinhagem para os Portos do Brasil, he de grande utilidade a todo o commercio: Deve tambem a mesma Junta applicar-se com
o mais

o mais vigilante zelo na sua pontual observancia. E porque nenhuma pessoa contravenha a devida execucao da referida Ley, nem os bons negociantes se embarassem, e duvidem fazer passagem para os Portos do Brasil a estabelecer as suas Companhias, ou Casas de commercio: He o mesmo Senhor servido, que todos os Negociantes, que intentarem transportar-se para qualquer dos Portos da America, requeiram nesta Junta a sua attestacao pela qual seguramente sejam admittidos pelas respectivas Melas da Inspeccao: E faltando a dita attestacao, por isso mesmo sejam havidos por transgressores da Ley, e se lhe imponhaõ as penas por ella determinadas: As referidas attestacoes se devem passar com precedencia de maduro exame, e com a possivel certeza das circunstancias propostas.

4 Sendo de gravissimo prejuizo, naõ só á Fazenda Real, mas igualmente ao Bem-commum do commercio, que algumas pessoas valendo-se de sinistros, e abominaveis meynos, introduzaõ mercadorias nestes Reynos; desencaminhando por huma parte os Direitos de Sua Magestade; e arruinando pela outra parte, por venderem sem elles, os bons, e verdadeiros Negociantes, que despachão as suas fazendas nas Alfandegas: Tendo mostrado a experiencia, que todas as providencias dos Foraes, e das mais Leys até agora estabelecidas, e dos Executores para ellas nomeados, naõ foraõ bastantes para obviar a hum delicto de taõ perniciosas consequencias, em razao de faltarem para o descobrir pessoas praticas nos modos com que estas fraudes se costumão fazer, e ao mesmo tempo interessados em as fazer cessar: E devendo estes prejudicialissimos enganõs arrancar-se de huma vez pelas suas raizes, de modo que se evitem os graves damnos, que tem causado ao Real Erario, e ao Bem-commum do commercio: Foy o mesmo Senhor servido encarregar a esta Junta o cuidado de evitar os ditos contrabandos, e de fazer executar todas as referidas Leys, Alvarás, Decretos, ou outras quaesquer Disposicoens, até agora estabelecidas, e que de futuro se estabelecerem para evitar o referido delicto.

5 Em ordem a cujo fim foy Sua Magestade tambem servido determinar, que o Conservador geral desta Junta seja Juiz privativo do referido crime para delle devaçar, quando o Procurador da mesma Junta o requerer; para tomar as denuncias, que ante elle se derem; e para sentenciar summariamente na Relacao em huma só instancia de plano, e pela verdade sabida, as causas do mesmo cri-

me com os Adjuntos, que o Regedor lhe nomear: promovendo nellas o Desembargador Procurador Fiscal; e escrevendo per si mesmo, com exclusiva de todos, e quaesquer outros, o Escrivão da sobredita Conservatoria geral. E isto tudo não obstante quaesquer Leys, Regimentos, Foraes, Decretos, ou Disposições contrarias, quaesquer que ellas sejaõ: e ficando aliás em seu vigor o Capitulo XCIII. com os seguintes do Foral da Alfandega da Cidade de Lisboa, sómente para o effeito de que naquelles casos em que se denunciar o contrabando na mesma Alfandega; expedindo-se com toda a brevidade pelo Provedor, e Officiaes della as diligencias preparatorias do processo verbal; e fazendo-se os mais actos precisos para a segurança, e arrecadação dos bens descaminhados em beneficio da Fazenda Real, e das partes; se remettaõ os Autos ao dito Desembargador Juiz Conservador geral, para nelles proceder na sobredita fórma, e na maneira abaixo declarada.

6 Para da mesma forte obviar as tergiverações, com que até agora subterfugiraõ os Reos do referido crime as condemnações, que por elle mereciaõ, excluindo-as ordinariamente por defeito de prova: Foy tambem Sua Magestade servido resolver, conformando-se com os costumes a este respeito estabelecidos nas Alfandegas mais bem reguladas da Europa, que em todos os casos, nos quaes se acharem as mercadorias extraviadas dos caminhos direitos, que conduzem ás respectivas Alfandegas, e Casas de Despacho, se acharem sem despacho em qualquer embarcação differente da que as transportou; se acharem sem sellos da Alfandega, sendo de natureza de se costumarem sellar, posto que sejaõ retalhos de sete covados para baixo; e se acharem as mercadorias prohibidas pela dita Pragmatica de seis de Mayo de mil setecentos quarenta e nove em qualquer lugar onde estiverem, ou quaesquer outros generos defendidos pelas Leys deste Reyno sem despachos; em todos estes casos tenha a Fazenda Real a sua intenção fundada em Direito, para pela assistencia do mesmo Direito se julgar o contrabando plenamente provado, e se transferir no contrabandista comprehendido nos sobreditos casos, e outros semelhantes, o encargo da prova exclusiva do delicto, posto que seja Reo; prova, que sempre deve ser tão clara, e tão liquida, como he necessario, que seja para excluir a presumpção de Direito, estabelecida na sobredita fórma. Sendo porém a pessoa em cuja mão forem achadas as fazendas, ou
reta-

retalhos sem sello, pessoas, que não sejaõ de commercio, e que mostrem logo notoriamente, que compraraõ para seu proprio uso, não teraõ pena alguma; nem seraõ obrigadas a seguir livramento.

7 E as pessoas, que forem comprehendidas neste crime: Foy o mesmo Senhor tambem servido resolver, que além das penas, que contra ellas se achaõ já estabelecidas, incorraõ cumulativamente na de inhabilidade perpetua para servirem officio algum de Justiça, ou Fazenda; para receberem alguma honra, ou dignidade civil, e para exercitarem o officio de Homem de Negocio, por si, ou por outrem, directa, ou indirectamente, debaixo das penas estabelecidas pela Ordenação do Reyno, contra os que exercitaõ Officios publicos, sem para isso terem licença Regia, além da nullidade de todos os actos, e contratos por ellas feitos, e estipulados, depois do facto do contrabando haver sido declarado por sentença, que será affixada nos lugares publicos das Cidades de Lisboa, e do Porto, para que chegue á noticia de todos. Tambem he Sua Magestade servido, que nas sobreditas penas incorraõ não sómente as pessoas, que introduzirem fazendas de contrabando; mas tambem as pessoas, em cujas mãos se acharem as sobreditas mercadorias; e as que derem ajuda, favor, ou passagem para a sua introducção: E que todas as fazendas, que forem achadas nos sobreditos casos, sejaõ publicamente queimadas na Praça do commercio, sem alguma reserva pela mão do Executor da Alta Justiça.

8 Pelo Real Decreto de dezafete de Mayo de mil seiscientos e oitenta, se ordenou, que os Officiaes, Capateiros, e Corrieiros, não trabalhassem em solla, atanados, e bezerros, que não fossem fabricados nestes Reynos, ou no Brasil, e por aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno de vinte e seis de Junho de mil setecentos trinta e nove se mandaraõ affixar Editaes para a observancia do dito Real Decreto, porém porque a sua execução não tem sido exacta, e o será sendo encarregada á mesma Junta, pelo interesse, que nella tem os Commerciantes daquelles generos. He Sua Magestade servido, que esta Junta se encarregue de fazer hum continuado, e particular exame sobre esta materia, passando ao seu Juiz Conservador os autos das denuncias, que se lhe derem, e das culpas, que dellas, e dos seus particulares exames resultarem, para proceder a respeito deste contrabando na sobredita fórma.

Por

9 Porque a malicia dos Lavradores dos tabacos tem introduzido hum modo de fraudar o commercio, fazendo levantar os rolos do dito genero em páos de tanta grossura, e pezo, que chegam alguns a dezoito libras, e ainda sem este abuso não póde ser proporcionada a tára de seis libras, que se abatem aos compradores do tabaco em cada hum rolo, porque o couro, palhas, enviras, e páo, necessariamente devem pesar mais de dezoito libras na grandeza, que hoje tem os rolos, e não he justo, que se conserve a regulação dos ditos seis arrateis, em outro tempo proporcionada para rolos de menor pezo, quando hoje se conhece o notorio gravame dos negociantes Portuguezes, a quem nas Praças da Europa se faz desconto do verdadeiro pezo da tára: He Sua Magestade servido, que da entrada da Frota da Bahia, que chegar a este porto no anno futuro de mil setecentos cincoenta e oito em diante nenhum rolo de tabaco tenha mayor pezo de tára, incluídos nesta denominação o couro, páo, enviras, cruzetas, e palhas, que o de vinte libras, com pena de que achando-se mais, será o preço do rolo perdido a favor de quem o tiver comprado.

10 Para se fazer este desconto ajuntará o comprador certidão do Escrivão da Provedoria da Alfandega do dito genero, porque conste do pezo do rolo, e aos vendedores ficará a mesma liberdade de fazer desconto ás pessoas, a quem fizeraõ as compras, até parar nos Lavradores, que seraõ obrigados por estas importancias, perante a inspecção respectiva, a qual procederá executivamente, e sem Appellação, nem Aggravo pelas referidas certidoens, indo qualificadas com cartas do Juiz Conservador da referida Junta.

11 E porque na execucao da sobredita ordem, e determinação de Sua Magestade interessa muito o Bem-commum do commercio, e alguns dos compradores poderão duvidar de fazer o referido desconto por particulares motivos: He o mesmo Senhor servido, que esta Junta faça averiguar pelos mesmos Mestres da Alfandega do Tabaco, e mais pessoas, que bem lhes parecer, se assim se cumpre a sua Real determinação, e constando, que deixaõ passar as referidas táras sem darem conta na Junta, incorrerão no perdimento dos seus Officios, e na de comporem em tresdobro aos ditos compradores toda a diminuição, que acharem pelo excesso das sobreditas táras; porém dando a dita conta, com certidão do Escrivão da Provedoria, será remettida á respectiva Casa da Inspeção com

com a declaração da marca para nella se proceder contra o Lavrador, que houver feito a fraude.

12 Também nas táras das caixas de açúcar, se encontraõ alguns excessos, que devem ser emendados com a possível providencia, para que no commercio se experimente aquella boa fé, que sempre deve andar diante dos olhos a todos os negociantes: Pelo que Sua Magestade he servido, que as táras de todas as caixas sejam primeiro peizadas nos engenhos, e se lhe ponha a nota do seu pezo na cabeceira, ou testilho, em que se affinalar o engenho, e marcas, pela qual se possa certificar o comprador no numero certo de arrobas, e libras, que peza qualquer das táras, e achando-se o contrario, he o mesmo Senhor servido, que o preço, e o valor do açúcar, seja perdido para o comprador na fórma, que está determinado nos §§. 10. 11. e 12. deste Capitulo a respeito dos rolos de tabaco, e para certeza da diminuição da conta da cabeça, ou testilho da caixa, será levada a tára ao ver o pezo, donde se extrahirá certidão, com as distincções de marca, numero, e devisa do engenho para total certeza da identidade da mesma tára.

13 Como porém pôde acontecer, que a tãra de huma mesma caixa pezada no engenho do Brasil não haja de conferir com o pezo, que se lhe achar em qualquer dos pórtos deste Reyno, em razão da humidade do mesmo genero, que recebe, e das aguas, que se lhe embebem, assim no mar, pela que fazem os Navios, como em terra por estarem muitas vezes expostas ao tempo, não se deve fazer conta ao excesso de meya, até huma arroba, em cada tãra, especialmente quando esta se conhecer penetrada de agua, ou humidade. E porque pôde haver circumstancias, em que se não deva fazer o referido desconto, em pena do excesso; he Sua Magestade servido, que a esta Junta fique encarregado o conhecimento, e averiguação desta materia em cada hum dos casos particulares, em que pela sua determinação, sem nenhuma outra fórmula de Juizo, fique o vendedor obrigado, ou absoluto da pena imposta no §. antecedente.

14 Para occorrer ao prejuizo, que se causa aos vendedores das mercadorias, em se demorar pelos Proprietarios dos Navios, ou por seus Procuradores a cobrança dos fretes, que por falta, ou falencia dos compradores, lhes vem pedir depois de muitos annos: He Sua Magestade servido, que passados dezoito mezes depois da
h venda

venda dos effeitos , se não possa pedir ao vendedor o seu frete , sem que conste por certidão , que foy o comprador executado , e não se lhe acharão bens para este pagamento , pois não he justo , que amór- ra culpavel do Procurador dos fretes prejudique ao vendedor , que della não teve noticia. Mas porque póde haver alguns casos , em que não seja culpavel em todo , ou em parte a demora , e estes se não podem comprehender na generalidade de huma só determinação : He Sua Magestade servido , que o Procurador dos fretes possa apresentar nesta Junta as suas razoes por escrito , e que ouvido o vendedor no termo de dez dias , se lhe passe attestação do que for assentado em Junta , para se proceder executivamente no Juizo da primeira instancia , ficando á parte o recurso ordinario depois de satisfeito o credor.

15 Tambem para utilidade publica : He Sua Magestade servido , que nas causas , em que houverem de se nomear louvados para averiguação das materias mercantis , se remettaõ os autos á Secretaria desta Junta , e por ella se nomeem as pessoas de mais conhecida intelligencia no objecto de cada huma das causas , arbitrando-lhes as esportulas competentes ao seu trabalho , do qual se não poderá escusar pessoa alguma , para mais facil expedição das demandas : E quando as partes por evitar a despeza das esportulas , fizerem sua representação , pedindo-lhes nomee pessoa , que gratuitamente se queira encarregar desse trabalho , a Junta lhes deferirá , informando-se da capacidade do nomeado , e havendo noticia em contrario , nomeará o que bem lhe parecer , para que não succeda confundirem-se , e dilatarem-se as causas , em gravissimo damno do commercio.

16 Ao cuidado , e administração desta Junta fica encarregado o fazer arrecadar os couros , e follas , que se acharem sem marca na Casa da India , e Alfandega , e delles fazer as vendas publicas , quando for conveniente para se ratear , e repartir o seu producto pelas pessoas interessadas naquelles generos , quando não estiverem já inteirados das suas carregações pelos Proprietarios , ou Procuradores dos Navios ; e estando , se rateará pelos mesmos cobradores dos fretes , sendo huns , ou outros chamados á Casa da Junta para esse intento , e se lhes fará a conta na fórma que se tem praticado em occasioens semelhantes. O mesmo cuidado , e administração se encarrega a esta Junta a respeito dos rolos de tabaco.

17 Sua Magestade por fazer graça ao commercio , he servido conce-

concederlhe livre de todos os Direitos , e encargos todo o mel , que vier dos pórtos do Brasil , e dos mais dos seus Dominios para concerto do tabaco , ou venha por conta , e risco das pessoas , que negoceão neste genero , ou seja comprado na Alfandega antes de despachado. E porque esta averiguação seria difficultosa na Mesa da mesma Alfandega : He o mesmo Senhor servido , que ás partes se dê o despacho debaixo de fiança , ou assinatura , e no fim do anno se lhes passará por esta Junta huma attestação pela qual conste quantos barrís de mel entraraõ para a Alfandega do Tabaco pertencentes a cada hum dos Despachantes , e esta entrada se tomará pelos Officiaes nomeados pela mesma Junta na sobredita repartição , para se passarem com as averiguaçoens necessarias as attestaçoens referidas pelas quaes se desobrigaráõ os despachos.

18 Porque he constante , que o Juizo dos Defuntos , e Ausentes , em todas as Comarcas do Brasil , e mais Conquistas se intromete nas carregaçõens dos Negociantes , pelo falecimento , ou ausencia dos Commissarios , sem averiguar , se nas mesmas carregaçõens foraõ nomeadas pessoas , que possaõ tomar entrega das fazendas , e creditos pela disposição do comitente ; e ainda requerendo-lho , não os admittem ; tudo em gravissimo damno do commercio , assim pelas demoras das vendas , e remessas dos productos , como pela deminuição , que lhes causaõ as esportulas : He Sua Magestade servido , que daqui em diante se não intrometa o sobredito Juizo em arrecadação de fazenda , que pelos conhecimentos , ou carregaçõens se lhes mostrar , que tem ausencia , e está em seu inteiro credito a pessoa nomeada , ou se tenha disposto em parte , ou estejaõ as fazendas , e creditos em ser. E para que assim se execute com a mais pontual exactidão , he o mesmo Senhor servido , que por esta Junta se recomende ás Mesas da Inspeção do Brasil , o procurarem nos seus respectivos territorios a observancia desta sua Real determinação , dando conta nesta mesma Junta de toda a falta , que se experimentar no seu cumprimento para se representar a Sua Magestade : a quem foraõ presentes as Provisões do Tribunal da Mesa da Consciencia , e Ordens de tres de Dezembro de mil setecentos trinta e tres , e de dezaete de Abril de mil setecentos quarenta e sete.

19 Quando para informação dos requerimentos , das partes , ou para outro qualquer fim do Bem-commum do commercio , for
necessa-

necessario chamar alguns Commerciantes á Junta, feroão todos obrigados a vir no dia determinado, que lhe insinuará por carta o Secretario da mesma Junta, especialmente, quando se lhes declarar, que para conferencia de alguma extraordinaria proposta se faz avilo á Praça. E porque a confusão não sirva mais de embaraço, que de expedição dos negocios, pela denominação de *Praça* para este intento, e para os mais effeitos, se entenderá o numero de vinte pessoas escolhidas conforme as circumstancias do caso, e a noticia da intelligencia, e trato das pessoas de quem se pedir o parecer.

20 Porque a liberdade, e desordem com que até agora se praticou o Ramo do commercio da venda a retalho, he de grande prejuizo ao publico, que não interessa em que haja sómente muitos, mas sim em que haja muitos, e bons Negociantes: He Sua Magestade servido, que da confirmação destes Estatutos em diante, nenhuma pessoa possa abrir logea, assim de Mercador da Rua nova, da dos Escudeiros, e das chamadas da Fancaria, Capella, e geralmente todas, sem que seja examinada na presença desta Junta, precedendo as circumstancias, que ao mesmo Senhor forão propostas para regulamento desta parte do commercio em particular Estatuto.

21 E porque a confusão dos tempos proximos passados, ainda confundio mais a ordem, e se introduziraõ neste commercio pessoas totalmente estranhas do seu conhecimento, das quaes se não póde esperar, que possaõ subsistir: a escolha, e exame da mesma Junta deve tambem comprehender as logeas, que já estiverem abertas, reduzindo tudo a huma tal ordem, e equilibrio, que nem se prejudique o bem publico, nem os particulares se queixem.

CAPITULO XVIII.

Dos Privilegios, e graças, que Sua Magestade he servido conceder a esta Junta, e ás pessoas de que ella se compoem.

POr quanto Sua Magestade foy servido crear, e erigir esta Junta debaixo da sua Regia, e immediata protecção, concedida ao corpo

corpo da mesma Junta, com immediato recurso á sua Real Pessoa, na conformidade do Real Decreto de trinta de Setembro de mil setecentos cinquenta e cinco, e dos presentes Estatutos: He o mesmo Senhor servido, que sendo necessario a algum dos Tribunaes de Sua Magestade saber alguma cousa concernente ao Real serviço, faça escrever pelo seu Secretario ao desta Junta: Que sendo por elle informada, lhe ordenará o que deve responder: E quando seja cousa a que a Junta entenda, que lhe não convem deferir, o Tribunal, que houver feito a pergunta poderá consultar a Sua Magestade para que ouvindo a Junta, resolva o que for servido.

1 Tambem Sua Magestade he servido, que esta Junta a quem concede, que possa denominar-se: *Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios*, possa usar de sello em todos os seus papeis, e cartas, o qual consistirá na imagem de ElRey nosso Senhor com esta letra por baixo.

Sub tuum præsidium.

2 Todos os Negociantes deste Reyno serão sujeitos em tudo a esta Junta, e em reconhecimento da sua sujeição, cumprirão o que por ella se lhes ordenar, e remetterão ao seu Secretario todos os requerimentos concernentes ao commercio, para que subão á Real presença depois de vistos, e approvados pelo Provedor, e Deputados.

3 Ao Provedor, e mais pessoas de que se compoem esta Junta, concede Sua Magestade o Privilegio de homenagem na sua propria casa, naquelles casos em que ella se costuma conceder: Bem entendido, que este Privilegio lhes fica sómente concedido em quanto servirem na Junta, e sómente ao Provedor, e Vice-Provedor ficará pertencendo sempre, ainda depois de acabarem os seus lugares.

4 Faz Sua Magestade merce ao mesmo Provedor, e mais pessoas de que se compoem o corpo desta Junta, de que não possam ser prezos em quanto estiverem servindo por ordem do Tribunal, Cabo de Guerra, ou Ministro algum por caso civil, ou crime (salvo se for inflagranti delicto) sem ordem do seu Juiz Conservador, que lhes guardará o sobredito Privilegio de homenagem nos casos em que he permittida conforme a Direito.

5 He Sua Magestade servido, que o mesmo Provedor, e mais pessoas do corpo da Junta tenham (por ora em quanto o mesmo Senhor não mandar o contrario) aposentadoria activa, e passiva: E que os Officiaes da nomeação da mesma Junta, assim nesta Corte, como nas Provincias, gozem de aposentadoria passiva, a qual lhe será guardada apresentando o seu Provimento, e estando este no tempo que lhe for declarado.

6 Os exercicios de Provedor, e Deputados, Secretario, e Procurador desta Junta, não só não prejudicarão á Nobreza das pessoas que os tiverem, no caso em que a tenham herdada; mas antes pelo contrario será meyo muito proprio para se alcançar a Nobreza adquirida: De sorte, que todos os sobreditos por V. Magestade nomeados para servirem nesta primeira fundação, ficarão habilitados para receberem os Habitos das Ordens Militares; e para seus filhos lerem no Desembargo do Paço sem dispensa, no caso de a necessitarem. O que com tudo só terá lugar nas eleições seguintes a favor das pessoas, que occuparem os lugares de Provedor, e Vice-Provedor, depois de os haverem servido por hum anno completo com satisfação desta Junta.

7 As offensas, que se fizerem a qualquer Official da mesma Junta por obra, ou palavra, sobre a materia do seu Officio, serão castigadas pelo Juiz Conservador, e os reos presos pelas mais Justiças inflagranti (com tanto, que depois remetão os autos ao dito Juiz Conservador) como se fossem feitas aos Officiaes de Justiça de V. Magestade.

CAPITULO XIX.

Das Contribuições para as despesas da Junta.

Sendo necessario estabelecer rendimento, assim para os ordenados com que por estes Estatutos se tem regulado os lugares, que formão o corpo da Junta, como tambem para as outras despesas, que indispensavelmente se devem fazer, a favor do Bem-commum do commercio, e não sendo bastantes as contribuições; que

que até agora se pagavaõ, para este intento : He Sua Magestade servido , que por cada huma caixa de açucar se paguem ao tempo da sahida quarenta reis : Por cada feixo do dito genero dez reis : Por cada meyo de solla tres reis : Por cada hum de atanado seis reis : Por cada rolo de tabaco despachado para dentro , ou para fóra do Reyno trinta reis. Na Casa da India : Por cada quintal de Marfim , ou outro qualquer genero de pezo quarenta reis : Por qualquer fardo , ou caixa , sendo inteiro quarenta reis ; e sendo meyo fardo , ou meya caixa vinte reis : Das encomendas , que pagaõ direitos , dez reis , e das que não os pagaõ vinte reis : Por cada barril de pimenta , ou de outro qualquer genero , vinte reis : Por barrica , ou pipa sesenta reis , frásqueiras dez reis , saca de cacao vinte reis : Paneiro de cravo , e salsa dez reis : Tudo em lugar das contribuiçoens , que até agora se pagavaõ nos sobreditos generos.

1 E porque ainda computados estes accrescimos pelo que até agora rendiaõ as sobreditas contribuiçoens , seriaõ muito diminutos para alguma parte das referidas despezas : He o mesmo Senhor outro sim servido , que de qualquer fardo , ou caixa , bala , ou balote , que se despachar na Alfandega , se paguem indistintamente , quarenta reis : De cada barril de seco , ou de molhado , vinte reis : De cada hum quintal de fazenda de que se fizer bilhete na Mesa das Estivas , se paguem dez reis ; e de cada barrica , ou pipa quarenta reis. Tudo sem distincão de pessoa alguma posto que privilegiada seja , porque todos interessaõ na diligencia , e cuidado de se conservar , e augmentar o Bem-commum do commercio.

2 Na Casa dos Cinco se pagará para esta contribuição trinta reis por cada volume grande , ou pequeno ; porém nenhuma destas contribuiçoens se entenderá imposta em mantimentos , que não pagaõ direitos , em qualquer parte , que sejaõ despachados : Os Navios , que vierem a este porto de Lisboa , e nelle descarregarem em todo , ou em parte , pagarão mil e quinhentos reis.

CAPITULO XX.

Do Cofre da Junta.

PAra arrecadação das contribuiçoens , que se pagarem a esta Junta haverá hum cofre guardado com tantas chaves diferentes,

tes, quantos são o Provedor, e Deputados della, os quaes todos ficarão obrigados em geral, e cada hum in solidum a responder pelas quantias, que nelle se meterem. No mesmo cofre, e com as mesmas arrecadaçoens se fecharão os dinheiros pertencentes á contribuição dos Marinheiros da India, separando-se cada huma das sobreditas repartiçoens dentro da mesma caixa em contas differentes: E qualquer dos ditos Officiaes, que confiar a sua chave, responderá pela falta, que se achar no cofre, nas primeiras contas.

1 Haverá livros separados para o sobredito cofre, no qual estejaõ lançadas pelo Secretario da Junta todas as quantias, que nelle se fecharem, e com distincão, lançará o mesmo Secretario as quantias, que se extrahirem para constar com facilidade o dinheiro, que se acha no cofre pertencente, separadamente, ás repartiçoens referidas.

2 Quando finalizar o actual triennio; e depois annualmente daraõ conta com entrega o Provedor, e Deputados, que sahirem aos que entrarem na administração desta Junta: Para cujo effeito os que ficarem conservados para o exercicio, será visto haverem findo o seu tempo para a conta, elegendo-se para o acto della hum igual numero de pessoas entre os Deputados da Junta do Graõ Pará, e Maranhão, até que as referidas contas sejaõ balanceadas, e foldadas por termo assinado por todas as pessoas, que as tomarem na sobredita fórma. A 12 de Dezembro de 1756.

Joseph Rodrigues Bandeira.

João Luiz de Sousa Sawayã.

João Rodrigues Monteiro.

Joseph Moreira Leal.

Pedro Rodrigues Godinho.

Antonio Ribeiro Neves.

João Luiz Alvares.

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de confirmação virem, que havendo visto, e considerado com pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, experimentados, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, e do Bem-commum dos meus Vassallos, que me pareceo consultar, os Estatutos da Junta do Commercio, conteúdos nas vinte e seis meyas folhas de papel atraz escritas, e rubricadas por Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, do meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, os quaes foraõ ordenados em execução do meu Real Decreto de trinta de Setembro do anno proximo passado de mil setecentos cincoenta e cinco: E porque sendo examinados os mesmos Estatutos com maduro conselho, e prudente de liberação, se achou, serem de grande, e notoria utilidade para a conservação, e augmento do Bem-publico dos meus Vassallos, e do commercio, e navegação destes Reynos, e seus Dominios: Em consideração de tudo: Hey por bem, e me praz de confirmar os ditos Estatutos, e cada hum dos seus Capitulos, e Paragrafos, em particular, como se de verbo ad verbum fossẽ aqui insertos, e declarados; e por este meu Alvará os confirmo de meu proprio Motu, certa Sciencia, Poder Real Supremo, e absoluto, para que se cumpraõ, e guardem taõ inteiramente, como nelles se contém. E quero, e mando, que esta confirmação em tudo, e por tudo, seja inviolavelmente observada, e nunca possa revogar-se, mas sempre, como firme, valida, e perpetua, esteja em sua força, e vigor, sem diminuição, e sem que se possa pôr duvida alguma a seu cumprimento em parte, nem em todo, em Juizo, nem fora delle; e se entenda sempre ser feita na melhor fórma, e no melhor sentido, que se possa dizer, e entender a favor da mesma Junta do Commercio, e conservação delle: Havendo por suppridas (como se fossẽ expressas neste Alvará) todas as clausulas, e solemnidades de feito, e de Direito, que necessarias forem para a sua firmeza: E derogo, e Hey por derogadas todas, e quaesquer Leys, Direitos, Ordenações, Capitulos de Cortes, Provizoens, Extravagantes, e outros Alvarás, e opinioens de Doutores, que em contrario dos mesmos Estatutos, e de cada hum dos seus Capitulos, e Paragrafos, possa haver por qualquer via, ou por qualquer modo, posto que

taes sejaõ , que fosse necessario fazer aqui dellas especial , e expressa relação de verbo ad verbum , sem embargo da Ordenação do livro segundo titulo quarenta e quatro , que dispoem , não se entender ser por Mim derogada Ordenação alguma , se da substancia della se não fizer declarada menção. E terá este Alvará força de Ley , para que sempre fique em seu vigor a confirmação dos ditos Estatutos , Capitulos , e Paragrafos , que nelles se contém , sem alteração , nem diminuição alguma.

Pelo que , mando ao Presidente do Desembargo do Paço , Regedor da Casa da Supplicação , Védores da minha Real Fazenda , Presidentes do Conselho Ultramarino , e da Mesa da Consciencia , e Ordens , Desembargadores , Corregedores , Juizes , Justiças , e pessoas de meus Reynos , e Senhorios , que assim o cumprão , e guardem , e fação inteiramente cumprir , e guardar , sem duvida , nem embargo algum ; não admittindo requerimento , que impida em todo , ou em parte o effeito dos ditos Estatutos , por tocar ao Desembargador Juiz Conservador , e ao Provedor , e Deputados da Junta do Commercio tudo o que a elles diz respeito. E Hey por bem , que este Alvará valha como carta , ainda que não passe pela Chancellaria , e posto que o seu effeito baja de durar mais de hum anno , e sem embargo da Ordenação livro segundo , titulo trinta e nove , e quarenta em contrario. Dado em Belem aos dezafeis dias do mez de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e seis.

R E Y. . : .

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Alvará

A Lvará , porque V. Magestade ha por bem confirmar os Estatutos da Junta do Commercio na fórma acima declarada.

Para V. Magestade ver.

Filippe Joseph da Gama o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Rey:
no , no livro da Junta do Commercio a fol. 76.

P Oderá o Impressor Miguel Rodrigues estampar os Estatutos da Junta do Commercio ; porque para esse effeito por este Decreto sómente lhe concedo a licença necessaria. Belem dezaseis de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e seis.

Com a rubrica de Sua Magestade.

Registado

CB
F8539
1756
23
2-S12E

cc - cc - 1/18/04
900

8/11